



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO TÉCNICA DO CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – 08/11/2016

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na sala de reuniões do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União - CSAGU, situada no 14º andar do Edifício Sede I - Setor de Autarquias Sul - Quadra 3 - Lote 5/6, Brasília-DF, verificada a existência de quórum, foi aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica do Conselho Superior da AGU - CTCS, sob a presidência do Coordenador da CTCS e Representante do Gabinete da Advogada-Geral da União, Dr. Paulo Gustavo Medeiros Carvalho, com a presença do Representante da Procuradoria-Geral da União, Dr. Boni de Moraes Soares; do Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista; do Representante da Consultoria-Geral da União Suplente, Dr. James Castelo Branco Costa Filho; da Representante da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, Dra. Vlândia Pompeu Silva; do Representante da Procuradoria-Geral Federal, Dr. Gabriel de Mello Galvão; do Representante da Secretaria-Geral de Consultoria, Dr. Cesar Dutra Carrijo; do Representante da Secretaria-Geral de Contencioso Suplente, Dr. Daniel Rocha de Farias; da Representante da Procuradoria-Geral do Banco Central, Dra. Alessandra Barros Monteiro; do Representante da Carreira de Advogado da União Suplente, Dr. Thiago Calazans; do Representante da Carreira de Procurador Federal Suplente, Dr. Wilson Marcelo Malchow Vedana; do Representante da Carreira de Procurador do Banco Central Suplente, Dr. Fabrício Torres Nogueira; e do Representante da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional Suplente; Dr. Filipe Aguiar de Barros. Em seguida, foram tratados os seguintes assuntos: **ITEM 1 – PROCESSO Nº 00696.000180/2016-14 – INTERESSADO: CSAGU - ASSUNTO: CONCURSO DE PROMOÇÃO DA CARREIRA DE ADVOGADO DA UNIÃO RELATIVO AO PERÍODO AVALIATIVO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO E 30 DE JUNHO DE 2016 – JULGAMENTO DOS RECURSOS. 1.1 – RECURSO Nº 2105 - ADRIANA AGHINONI FANTIN** – O Presidente da Comissão informa que a candidata insurge-se contra a decisão adotada pela Comissão de Promoção AU 2016.1, no resultado provisório, que considerou improvidos os títulos apresentados pela candidata, sob o fundamento de intempestividade dos requerimentos (solicitações nº 34059 / 13703 / 22667 / 22679), tendo em vista que, inicialmente, a candidata apresentou a respectiva documentação relativa ao Concurso de Promoção para a carreira de Advogado da União 2016.1, regulado pelo Edital nº 84, de 19 de setembro de 2016, constando protocolo realizado no dia 06/10/2016, ao passo que o referido edital prevê que a documentação relativa à comprovação dos títulos deveria ser entregue em unidade protocolizadora da AGU até às 18h do dia 30/09/2016. Alega a recorrente que protocolou a documentação relativa ao Concurso de Promoção AU 2016.1, tempestivamente, no dia 30/09/2016 às 11h50min, na unidade protocolizadora da AGU em São Paulo, frisando-se que, a fim de comprovar tal fato, a candidata apresentou novo documento em fase de recurso, constando protocolo datado em 30/09/2016 às 11h50min. Desse modo, a recorrente solicita que, uma vez reconhecida a tempestividade dos requerimentos, sejam apreciados, com a consequente atribuição a ela dos pontos, os respectivos títulos, inerentes a uma conclusão de mestrado – art. 12, II, da Resolução CSAGU nº 11/2008 (solicitação nº 34059), a duas conclusões de pós-graduação *lato sensu* – art. 12, I, da Resolução

CSAGU nº 11/2008 (solicitações nºs 13703 e 22667), bem como a uma participação em obra coletiva na forma de livro – art. 13, II, da Resolução CSAGU nº 11/2008 (solicitação nº 22679). **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1:** CONCURSO DE PROMOÇÃO AU 2016.1. 1ª CATEGORIA PARA A CATEGORIA ESPECIAL. PROVIMENTO TOTAL DO RECURSO. COMPROVAÇÃO POSTERIOR DA TEMPESTIVIDADE DO PROTOCOLO DOS REQUERIMENTOS. ANÁLISE DOS TÍTULOS. Entende-se pelo provimento total do recurso em análise, uma vez que restou observado que a candidata, ora recorrente, realizou o protocolo, em unidade protocolizadora da AGU (setor de protocolo da AGU em São Paulo) de forma tempestiva (dia 30/09/2016 às 11h50min), havendo equívoco por parte da referida unidade, o que não pode gerar prejuízo à candidata. **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016):** Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo provimento total do recurso em análise, uma vez que restou observado que a candidata, ora recorrente, realizou o protocolo, em unidade protocolizadora da AGU (setor de protocolo da AGU em São Paulo) de forma tempestiva (dia 30/09/2016 às 11h50min), havendo equívoco por parte da referida unidade, o que não pode gerar prejuízo à candidata. **1.2 – RECURSO Nº 2119 - HERCILIO FERRARI NETO** - O Presidente da Comissão informa que o recorrente insurge-se contra o despacho de improvimento dos títulos de seu requerimento, aduzindo que a decisão proferida pela Comissão de Promoção está equivocada, rogando: *a) seja reformada a decisão que entendeu não haver sido elaborado pedido para utilização do título de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Reg. 32850) art. 12, 1, da Res. 11/2008/CSAGU, dado que tal pleito consta do requerimento entregue pelo recorrente à AGU; b) seja RECONHECIDA COMO TEMPESTIVA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO REALIZADA PELO RECORRENTE NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2016 À PSU-PETROLINA, em retificação à data considerada pela decisão recorrida, e que, por conseguinte, sejam considerados como válidos o 03 (três) títulos apresentados pelo recorrente 1-Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu / Reg. 32850 c art. 12, 1, da Res. 11/2008/CSAGU; 2) Publicação de Obra Individual na Forma de Livro / Reg. 21099 é art. 13,111, da Res. 11/2008 /CSAGU; e 3) Exercício de Cargo DAS/ Nível 3 /Reg. 34421 c art. 16, III, da Res. 11/2008/CSAGU) e lhe sejam concedidos 33 (trinta e três) pontos para fins de promoção. Alega que “no mesmo dia 28 de setembro, de posse de envelope contendo o requerimento e a documentação e o assunto Advogados da União/Promoções 2016.1, o recorrente entregou no setor de protocolo (Núcleo de Apoio Administrativo) da Procuradoria- Seccional da União em Petrolina os documentos exigidos pelo edital de regência, solicitando ao servidor responsável que, depois de promovidos os atos necessários ao seu cadastramento, deveria tal conteúdo ser também remetido pela via postal ao endereço indicado no Sistema de Promoções AGU Promoções, já que esta informação não constava, repise-se, do edital do concurso, mas somente no mencionado sistema eletrônico”.* **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1:** PROMOÇÃO. 1ª CATEGORIA PARA CATEGORIA ESPECIAL. PROVIMENTO DO RECURSO. TEMPESTIVIDADE DO REQUERIMENTO. EQUÍVOCO DA UNIDADE PROTOCOLIZADORA DA AGU QUE DESCUMPRIU REGRA EDITALÍCIA E NÃO PROCEDEU AO CADASTRO NO SISTEMA SAPIENS. O recorrente logrou êxito em comprovar a tempestividade de seu requerimento inicial, através de documentos anexados ao recurso. Assim, comprovado o equívoco por parte da unidade de Protocolo de PSU/Petrolina, não pode o candidato ser responsabilizado por um erro procedimental da referida unidade que indevidamente deixou de efetuar o cadastro e movimentação via sistema Sapiens, descumprindo a cláusula 7 do Edital. Assim, entende a Comissão de Promoção que deve ser deferido o pedido recursal do recorrente de forma a considerar tempestiva a apresentação de requerimento, nos termos da cláusula 6 do supracitado edital. Registre-se, ademais, que

houve lançamento equivocado pela Comissão de Promoção, ao trocar os despachos das solicitações de nº 15949 e nº 32850. Ambas se referem à pretensão de pontuação por conclusão do mesmo curso de pós-graduação, mas incluídos no Sistema AGUPromoções, pelo candidato, em diferentes datas, o que acarretou o equívoco. Assim, o despacho que deveria ter sido lançado no Registro nº 32850 era o improvido por intempestividade, em semelhança aos demais Registros, nº 34421 e nº 21099; enquanto o Registro nº 15949 deveria ter sido improvido por ausência de requerimento. Assim, deve ser deferido o pedido do recorrente de forma a retificar o equívoco narrado, a permitir a pontuação do referido título, ante o reconhecimento de que seu requerimento inicial foi considerado provido. **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016)**: Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo provimento, vez que o recorrente logrou êxito em comprovar a tempestividade de seu requerimento inicial, através de documentos anexados ao recurso. Assim, comprovado o equívoco por parte da unidade de Protocolo de PSU/Petrolina, não pode o candidato ser responsabilizado por um erro procedimental da referida unidade que indevidamente deixou de efetuar o cadastro e movimentação via sistema Sapiens, descumprindo a cláusula 7 do Edital. Assim, entende a Comissão de Promoção que deve ser deferido o pedido recursal do recorrente de forma a considerar tempestiva a apresentação de requerimento, nos termos da cláusula 6 do supracitado edital. **1.3 – RECURSO Nº 2111 - DANIELA CRISTINA MOURA GUALBERTO** - O Presidente da Comissão informa que o recorrente se insurge contra decisão da Comissão que não atribuiu pontuação referente ao art. 11 da Portaria nº 16, de 8 de junho de 2015, baseada em declaração da SGA/AGU na qual se declarou expressamente que a candidata estaria cedida, desempenhando suas atribuições em órgão de lotação diverso aos quadros da AGU. Alega que “durante todo o período avaliativo a Recorrente esteve em exercício em órgão da Advocacia-Geral da União, pois a Assessoria Jurídica junto à Secretaria de Políticas para as Mulheres, órgão onde ocupou o cargo de Chefe pelo período de 31/03/2014 a 09/05/2016, conforme documentação comprobatória já acosta aos autos, é um órgão de execução da Advocacia Geral da União, nos moldes do prescrito pelo art. 2º, inc. II, b da Lei Complementar n.º 73/1993”. **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1: PROMOÇÃO. 1ª CATEGORIA PARA CATEGORIA ESPECIAL. PROVIMENTO DO RECURSO**, tendo em vista que, nos termos do Decreto nº 8.030/13, alterado pelo Decreto nº 8.195/14, artigo 5º-A, a Assessoria Jurídica da Secretaria de Políticas para Mulheres é um órgão de execução da AGU, estando, de fato, equivocada a informação fornecida pela SGA/AGU. Merece, assim, a recorrente a atribuição dos 25 (vinte e cinco) pontos referentes ao artigo 11 da Portaria nº 16, de 8 de junho de 2015, que, somados aos demais pontos já conferidos, resulta no total de 32 pontos. **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016)**: Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo provimento, tendo em vista que, nos termos do Decreto nº 8.030/13, alterado pelo Decreto nº 8.195/14, artigo 5º-A, a Assessoria Jurídica da Secretaria de Políticas para Mulheres é um órgão de execução da AGU, estando, de fato, equivocada a informação fornecida pela SGA/AGU. Merece, assim, a recorrente a atribuição dos 25 (vinte e cinco) pontos referentes ao artigo 11 da Portaria nº 16, de 8 de junho de 2015, que, somados aos demais pontos já conferidos, resulta no total de 32 pontos. **1.4 – RECURSO Nº 2096 - BRUNO GOMES BAHIA** - O Presidente da Comissão informa que o interessado insurge-se contra decisão que negou provimento ao título de pós-graduação *lato sensu* (solicitação de nº 34433), apresentado com vistas ao enquadramento no art. 12, I, da Resolução CSAGU nº 11/2008. A Comissão constatou que não foi comprovada a carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, registrando, em síntese, que foi “apresentada, apenas, a cópia do anverso do diploma, sem a indicação da carga horária

cursada". Em seu recurso, o candidato aduziu que a documentação exigida foi entregue completa, com anverso e verso do título; que houve erro da Administração ao promover a digitalização do conjunto de documentos, no âmbito da própria unidade protocolizadora; que, de toda sorte, a cópia do diploma de especialização segue instruindo o recurso; que, finalmente, o documento em questão estampa carga horária superior à mínima e constitui prova suficiente do cumprimento dos requisitos erigidos pelo art. 12, I, da Resolução nº 11/2008, do CSAGU, de modo que esse fato merece ser reconhecido, com a atribuição da pontuação correspondente. **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1: PROMOÇÃO. 1ª CATEGORIA PARA CATEGORIA ESPECIAL. PROVIMENTO DO RECURSO**, tendo em vista que houve a complementação da documentação em sede recursal, sem burla às previsões editalícias, o que esgota o objeto do recurso e resulta na atribuição da pontuação almejada, revelando-se, por isso mesmo, despiciendo perquirir se a Administração cometeu erro no momento da digitalização dos documentos. **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016)**: Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo provimento do recurso, tendo em vista que houve a complementação da documentação em sede recursal, sem burla às previsões editalícias, o que esgota o objeto do recurso e resulta na atribuição da pontuação almejada, revelando-se, por isso mesmo, despiciendo perquirir se a Administração cometeu erro no momento da digitalização dos documentos. **1.5 – RECURSO Nº 2116 - CRISTIANO BORGES LOPES** - O Presidente da Comissão informa que o recorrente se insurge contra: (i) o improvimento dos títulos relativos às solicitações nº 33672, nº 33673 e nº 33674, sob o argumento de que os períodos correspondentes a tais títulos (exercício de cargos em comissão) não foram somados/computados; (ii) o improvimento dos títulos relativos às solicitações nº 16425 e nº 16428, pugnando pela reapreciação dos documentos comprobatórios desses títulos (exercício de cargo em comissão). **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1: PROMOÇÃO. PRIMEIRA CATEGORIA PARA CATEGORIA ESPECIAL. RECURSO. PROVIMENTO. SOMA DE PERÍODOS NÃO COMPLETOS DE EXERCÍCIO EM CARGOS EM COMISSÃO DISTINTOS. POSSIBILIDADE. ATRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO DO CARGO DE MENOR NÍVEL. EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO. COMPROVAÇÃO NA FASE RECURSAL. POSSIBILIDADE.** De fato, houve efetiva comprovação de ocupação dos cargos em comissão requeridos (inclusive com complementação de documentação na oportunidade recursal). O candidato merece acréscimo em sua pontuação. Registre-se que os períodos relativos às solicitações de nº 33672 e nº 33673, que correspondem a cargo de DAS de níveis 3 e 4, não integralizam o período de três anos necessários, devendo ser atribuída a pontuação na forma do inciso IV culminado com o § 2º, ou seja, pela soma de períodos não completos, pertinentes ao cargo de menor nível, o qual corresponde ao cargo de DAS de níveis 1 e 2, de modo a ter acrescidos 3 pontos. Por fim, é de se registrar que, apesar de o candidato comprovar o exercício total de mais de 1.733 dias, somente é possível a pontuação relativa a um período integral de três anos, devendo o tempo excedente ser descartado nesse período avaliado, seja porque não integraliza o mínimo de três anos, seja porque há regra e precedentes que barram seu somatório (§ 3º do artigo 16 da Resolução nº 11, de 30/12/2016, bem como os seguintes precedentes: “*Concurso de promoção 2013.2 - 70ª Reunião extraordinária da CTCS em 27 /05/2014. Interessado: RODRIGO MONTENEGRO DE OLIVEIRA*” e “*Concurso de promoção 2012.2 e 2013.1 – 5ª Reunião extraordinária da CTCS em 29/09/2013. Interessado: GUSTAVO ALEXANDRE BERTUCI*”). **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016)**: Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo provimento do recurso, uma e que, houve efetiva comprovação de ocupação dos cargos em comissão requeridos

(inclusive com complementação de documentação na oportunidade recursal). O candidato merece acréscimo em sua pontuação. Registre-se que os períodos relativos às solicitações de nº 33672 e nº 33673, que correspondem a cargo de DAS de níveis 3 e 4, não integralizam o período de três anos necessários, devendo ser atribuída a pontuação na forma do inciso IV culminado com o § 2º, ou seja, pela soma de períodos não completos, pertinentes ao cargo de menor nível, o qual corresponde ao cargo de DAS de níveis 1 e 2, de modo a ter acrescidos 3 pontos. Por fim, é de se registrar que, apesar de o candidato comprovar o exercício total de mais de 1.733 dias, somente é possível a pontuação relativa a um período integral de três anos, devendo o tempo excedente ser descartado nesse período avaliado, seja porque não integraliza o mínimo de três anos, seja porque há regra e precedentes que barram seu somatório (§ 3º do artigo 16 da Resolução nº 11, de 30/12/2016, bem como os seguintes precedentes: “Concurso de promoção 2013.2 - 70ª Reunião extraordinária da CTCS em 27/05/2014. Interessado: RODRIGO MONTENEGRO DE OLIVEIRA” e “Concurso de promoção 2012.2 e 2013.1 – 5ª Reunião extraordinária da CTCS em 29/09/2013. Interessado: GUSTAVO ALEXANDRE BERTUCI”).

1.6 – RECURSOS Nºs 2106 e 2121 - JOANA DARC BONFIM MACHADO – O Presidente da Comissão informa que a candidata apresentou 02 (dois) recursos em face do resultado parcial da promoção por merecimento para a carreira de Advogado da União (recursos nº 2106 e 2121). Insurge-se contra o improvimento dos títulos relativos às solicitações nº 34431, 34432, 34541 e 34543, os quais foram indeferidos por não haver documentação comprobatória das situações lá descritas – exercício em Unidade de Difícil Provimento e exercício em cargo em comissão (DAS). **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1: PROMOÇÃO. PRIMEIRA CATEGORIA PARA CATEGORIA ESPECIAL. PRIMEIRO RECURSO. EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO (DAS). COMPROVAÇÃO NA FASE RECURSAL. POSSIBILIDADE. SEGUNDO RECURSO. INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIDO.** O recurso de nº 2121 não foi conhecido por ser intempestivo. O recurso da candidata foi apresentado em 17/10/2016, às 18:19. De acordo com o Edital CSAGU nº 86, de 07/10/2016, o prazo recursal era “compreendido entre as 8h do dia 10 e as 18h do dia 17 de outubro de 2016”. Constata-se, portanto, a intempestividade do recurso. Resta prejudicada, portanto, a análise do recurso de nº 2121. Por sua vez, em relação ao recurso de nº 2106, merece provimento, haja vista ter a candidata apresentado documento comprobatório do exercício de cargo em comissão DAS-4 pelo período de 284 dias, compreendido entre 13/05/2011 a 21/02/2012. No entanto, sendo tal período inferior ao mínimo de três anos exigido no art. 16, III, da Res. CSAGU nº 11/2008, não importa na atribuição de qualquer pontuação à recorrente. **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016):** Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo não conhecimento do recurso de nº 2121 por ser intempestivo. O recurso da candidata foi apresentado em 17/10/2016, às 18:19. De acordo com o Edital CSAGU nº 86, de 07/10/2016, o prazo recursal era “compreendido entre as 8h do dia 10 e as 18h do dia 17 de outubro de 2016”. Constata-se, portanto, a intempestividade do recurso. Resta prejudicada, portanto, a análise do recurso de nº 2121. Por sua vez, em relação ao recurso de nº 2106, merece provimento, haja vista ter a candidata apresentado documento comprobatório do exercício de cargo em comissão DAS-4 pelo período de 284 dias, compreendido entre 13/05/2011 a 21/02/2012. No entanto, sendo tal período inferior ao mínimo de três anos exigido no art. 16, III, da Res. CSAGU nº 11/2008, não importa na atribuição de qualquer pontuação à recorrente.

1.7 – RECURSO Nº 2110 - CRISTIANE MARCELA COUTO PESSOA GAYAO – O Presidente da Comissão informa que a recorrente insurge-se contra o despacho de improvimento da Solicitação sob o Registro nº 22707, correspondente ao tempo em que exerceu o cargo em unidade de difícil provimento – UDP. Informou que o referido título apenas foi utilizado

(“queimado”) em promoção anterior parcialmente, tendo em vista que apenas teria utilizado o período de 06 de agosto de 2007 a 06 de agosto de 2008, de forma que apenas solicitou a pontuação referente ao período de 06 de agosto de 2008 a 22 de fevereiro de 2010. Recorreu, ainda, do indeferimento em razão de a referida UDP apenas ter sido qualificada como tal a partir da Portaria nº 1.292, de 11 de setembro de 2009, porque a unidade da Procuradoria da União no Amapá é considerada unidade de difícil provimento desde a Portaria nº 1.118, de 2 de dezembro de 2005, e que a portaria vigente (Portaria nº 1.292, de 2009) apenas teria confirmado a qualidade de UDP para a unidade da PU-AP, garantindo os direitos adquiridos na vigência da Portaria nº 1.118, de 2005, revogada naquela ocasião. **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1: PROMOÇÃO. 1ª CATEGORIA PARA CATEGORIA ESPECIAL. PROVIMENTO DO RECURSO. COMPLEMENTAÇÃO DOS COMPROVANTES PELA CANDIDADA EM FASE RECURSAL.** Assiste razão à candidata, pois, efetivamente, apenas utilizou o período compreendido entre 06/08/2007 a 06/08/2008 para a promoção efetivada em 1º/07/2012. Quanto ao período restante em que permaneceu em exercício na unidade da Procuradoria da União no Amapá, unidade de difícil provimento, faz jus à análise da Solicitação de Registro nº 22707. Com relação à alegação de que a referida unidade seria considerada UDP desde a Portaria nº 1.118, de 2 de dezembro de 2005, a candidata logrou êxito em comprová-la, por intermédio da Declaração nº 00712/2016/SERAT/SGA/AGU, de 11 de outubro de 2016, atestando que a Portaria nº 1.292, de 11 de setembro de 2009, ao revogar a Portaria nº 1.118, de 2005, confirmou os direitos adquiridos anteriormente (art. 7º). **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016):** Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo provimento do recurso, tendo em vista que assiste razão à candidata, pois, efetivamente, apenas utilizou o período compreendido entre 06/08/2007 a 06/08/2008 para a promoção efetivada em 1º/07/2012. Quanto ao período restante em que permaneceu em exercício na unidade da Procuradoria da União no Amapá, unidade de difícil provimento, faz jus à análise da Solicitação de Registro nº 22707. Com relação à alegação de que a referida unidade seria considerada UDP desde a Portaria nº 1.118, de 2 de dezembro de 2005, a candidata logrou êxito em comprová-la, por intermédio da Declaração nº 00712/2016/SERAT/SGA/AGU, de 11 de outubro de 2016, atestando que a Portaria nº 1.292, de 11 de setembro de 2009, ao revogar a Portaria nº 1.118, de 2005, confirmou os direitos adquiridos anteriormente (art. 7º). **1.8 – RECURSO Nº 2095 - CAROLINE DE MELO E TORRES** – O Presidente da Comissão informa que a recorrente pretende a análise de títulos apontados em requerimento apresentado perante comissão anterior, e não apenas àqueles existentes no requerimento atual, referente à essa rodada de promoção. Alega o seguinte: “houve erro no processamento da minha pontuação, provavelmente erro do próprio sistema. Isso porque a soma decorrente dos documentos que apresentei até o momento alcança 30 pontos, e não os 26 que constam do Edital no 86. De fato, na última promoção (2015.2), diante dos títulos até então apresentados, já alcancei a pontuação de 28,5 pontos, conforme publicado no Edital no 75, de 1/06/2016 (em anexo). No presente concurso de promoção, apresentei mais quatro títulos, sendo três publicações de artigo de autoria individual (1 ponto) e uma participação em atividade correicional (0,5 ponto). Somando-se o 1,5 ponto referente aos documentos apresentados na promoção em curso com os 28,5 pontos que já constavam do sistema e que estão reconhecidos no Edital no 75, de 1/06/2016, chega-se ao montante de 30 pontos.” **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1: PROMOÇÃO. 1ª CATEGORIA PARA CATEGORIA ESPECIAL. NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.** Trata-se de pretensão de aproveitamento de requerimento antigo, o que enseja violação literal dos itens 6.2 e 6.4 do Edital nº 84, de 19 de setembro de 2016. O Edital nº 84/2016 é claro ao exigir a necessidade de requerimento expresso ainda que se refira à análise de

títulos antigos, já cadastrados no sistema ou já analisados por Comissão anterior, o que não ocorreu relativamente à parte dos títulos cadastrados no sistema. Registre-se ainda que não é possível a atribuição de pontos relativa à “participação em atividade correicional”, porque o relatório final foi apresentado em 19/07/2016, ou seja, em data posterior ao período avaliativo cujo termo é 30/06/2016. **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016)**: Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo improvimento, pois trata-se de pretensão de aproveitamento de requerimento antigo, o que enseja violação literal dos itens 6.2 e 6.4 do Edital nº 84, de 19 de setembro de 2016. O Edital nº 84/2016 é claro ao exigir a necessidade de requerimento expresso ainda que se refira à análise de títulos antigos, já cadastrados no sistema ou já analisados por Comissão anterior, o que não ocorreu relativamente à parte dos títulos cadastrados no sistema. Registre-se ainda que não é possível a atribuição de pontos relativa à “participação em atividade correicional”, porque o relatório final foi apresentado em 19/07/2016, ou seja, em data posterior ao período avaliativo cujo termo é 30/06/2016. **1.9 – RECURSO Nº 2115 - BRÁULIO LISBOA LOPES** – O Presidente da Comissão informa que o interessado insurgiu-se contra decisão que deu improvimento ao **título correspondente** à publicação de livro de autoria individual, consoante solicitação nº 34464. Em seu recurso, o candidato aduz que firmou contrato de edição com a EDITORA D'PLACIDO LTDA. em 28/08/16. **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1: PROMOÇÃO. 1ª CATEGORIA PARA CATEGORIA ESPECIAL. IMPROVIMENTO DO RECURSO.** O contrato com a editora foi firmado apenas dois dias antes do fim do termo do período avaliativo e o mesmo não serve como prova efetiva de publicação da obra. As cópias juntadas somente permitem aferir a publicação da obra no ano de 2016, mas não a ocorrência no período avaliativo. A única data existente na documentação se encontra no rodapé do livro digital (Seq. 1 – fls. 12-17) e é 1º/09/16, posterior à data limite de avaliação. Tanto no sistema AGUPROMOÇÕES, quanto no requerimento impresso colacionado ao sapiens (Seq. 1 – fls. 2-3), o próprio solicitante aponta como data de publicação da obra individual o dia 1º/09/16. No mais, há vários precedentes da CTCS no sentido de ser necessária a comprovação dentro do período avaliativo. **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016)**: Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo improvimento do recurso, tendo em vista que o contrato com a editora foi firmado apenas dois dias antes do fim do termo do período avaliativo e o mesmo não serve como prova efetiva de publicação da obra. As cópias juntadas somente permitem aferir a publicação da obra no ano de 2016, mas não a ocorrência no período avaliativo. A única data existente na documentação se encontra no rodapé do livro digital (Seq. 1 – fls. 12-17) e é 1º/09/16, posterior à data limite de avaliação. Tanto no sistema AGUPROMOÇÕES, quanto no requerimento impresso colacionado ao sapiens (Seq. 1 – fls. 2-3), o próprio solicitante aponta como data de publicação da obra individual o dia 1º/09/16. No mais, há vários precedentes da CTCS no sentido de ser necessária a comprovação dentro do período avaliativo. **1.10 – RECURSO Nº 2120 - EDUARDO ALONSO OLMOS** - O Presidente da Comissão informa que o recorrente se insurgiu contra a publicidade dada ao Edital nº 84/CSAGU, de 19 de setembro de 2016, publicado no Boletim de Serviço Eletrônico nº 38 da AGU. Alega falha na referida publicidade e argumenta que foi prejudicado porque o comunicado de *email* sobre o concurso de promoção em curso, com o Edital nº 84, de 19/09/2016, foi redirecionado automaticamente para pasta de “lixo eletrônico” do seu correio. Argumenta, ainda, que há precedente do CSAGU em sentido favorável ao seu pleito. **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1: IMPROVIMENTO. PUBLICIDADE ATENDIDA. PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 84/CSAGU – 19/09/2016 NO BOLETIM DE SERVIÇO ELETRÔNICO Nº 38 DA AGU E COMUNICADO ENVIADO A TODOS OS**

ADVOGADOS DA UNIÃO, INCLUSIVE AO REQUERENTE, VIA MENSAGEM ELETRÔNICA DE *EMAIL*. REDIRECIONAMENTO À PASTA DE LIXO ELETRÔNICO NÃO PODE SER IMPUTADA À ADMINISTRAÇÃO. PRECEDENTE DO CSAGU APONTADO NÃO APLICÁVEL AO PRESENTE CASO. O Edital nº 84/CSAGU, de 19 de setembro de 2016, foi devidamente publicado no Boletim de Serviço Eletrônico nº 38 da AGU, o que atende à publicidade necessária. Além do mais, foi encaminhado a todos os Advogados da União, inclusive ao requerente (o que foi comprovado por ele próprio), comunicado de *email*, com anexação do referido edital, ampliando, de modo inquestionável, a publicidade do presente recurso de promoção. O argumento de que o referido *email* foi redirecionado automaticamente à pasta de lixo eletrônico é irrelevante, pois o recebimento de *emails*, a movimentação desses, e, inclusive, a inserção de regras de bloqueios automáticos ou encaminhamentos à pasta de *lixo eletrônico*, é de responsabilidade de cada Advogado da União, detentor da senha de seu *email* funcional, de modo que não se pode imputar à Administração ocorrências diversas e alheias, não apenas porque isso seria impossível, bem como porque seria indevida a referida ingerência. No caso, a admissão de requerimento intempestivo do candidato retrataria situação de desigualdade de oportunidades, criando preferências incabíveis e quebra de isonomia. Por fim, o precedente do CSAGU não se aplica aos fatos indicados pelo requerente, porque no julgado que pretende ver aplicado, há expressa menção de que não há garantia de que o Boletim Eletrônico da AGU seja acessível aos Procuradores da Fazenda Nacional. Diferente é para os membros da carreira de Advogado da União, que possuem fácil acesso aos boletins eletrônico pelo REDEADU. Ademais, como dito, no caso sob exame, houve ampla divulgação através de correspondência eletrônica institucional, enviada a todos os Advogados da União, inclusive ao requerente, comunicando-se a abertura do certame pela Secretaria do Conselho Superior da AGU, não sendo imputável à Administração a gestão individual de cada usuário de *email*.

Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016): Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo improvimento, pelas razões expostas a seguir: O Edital nº 84/CSAGU, de 19 de setembro de 2016, foi devidamente publicado no Boletim de Serviço Eletrônico nº 38 da AGU, o que atende à publicidade necessária. Além do mais, foi encaminhado a todos os Advogados da União, inclusive ao requerente (o que foi comprovado por ele próprio), comunicado de *email*, com anexação do referido edital, ampliando, de modo inquestionável, a publicidade do presente recurso de promoção. O argumento de que o referido *email* foi redirecionado automaticamente à pasta de lixo eletrônico é irrelevante, pois o recebimento de *emails*, a movimentação desses, e, inclusive, a inserção de regras de bloqueios automáticos ou encaminhamentos à pasta de *lixo eletrônico*, é de responsabilidade de cada Advogado da União, detentor da senha de seu *email* funcional, de modo que não se pode imputar à Administração ocorrências diversas e alheias, não apenas porque isso seria impossível, bem como porque seria indevida a referida ingerência. No caso, a admissão de requerimento intempestivo do candidato retrataria situação de desigualdade de oportunidades, criando preferências incabíveis e quebra de isonomia. Por fim, o precedente do CSAGU não se aplica aos fatos indicados pelo requerente, porque no julgado que pretende ver aplicado, há expressa menção de que não há garantia de que o Boletim Eletrônico da AGU seja acessível aos Procuradores da Fazenda Nacional. Diferente é para os membros da carreira de Advogado da União, que possuem fácil acesso aos boletins eletrônico pelo REDEADU. Ademais, como dito, no caso sob exame, houve ampla divulgação através de correspondência eletrônica institucional, enviada a todos os Advogados da União, inclusive ao requerente, comunicando-se a abertura do certame pela Secretaria do Conselho Superior da AGU, não sendo imputável à Administração a gestão individual de cada usuário de *email*. **1.11 –**

RECURSO S/Nº - BRENO DA SILVA RAMOS - O Presidente da Comissão informa que o requerente apresentou requerimento de nulidade do resultado provisório tendo em vista o suposto cometimento de irregularidades, para o fim de permitir **sua participação no concurso de promoção em curso**, embora já esteja promovido *sub judice* à categoria especial. **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1: IMPROVIMENTO. REQUERENTE JÁ PROMOVIDO SUBJUDICE À CATEGORIA ESPECIAL. APLICAÇÃO DE PRECEDENTE DO CSAGU.** As solicitações do interessado não foram abertas via sistema *AGUpromoções*, mas sim por requerimento no sistema *Sapiens*, tendo em vista que o peticionante não teve acesso ao sistema de promoções, porque já promovido *subjudice* à categoria especial, de modo que o pedido foi recebido e processado como requerimento administrativo, fruto de mero direito de petição. Não sendo possível a inserção de despacho no Sistema *AGUpromoções*, foi dada resposta ao interessado por meio de nota inserida no mesmo sistema utilizado pelo requerente (*Sapiens*). As supostas irregularidades apontadas no procedimento adotado pela Comissão de Promoção são infundadas e não geraram qualquer prejuízo ao interessado, que apresentou nova solicitação, ora analisada e devidamente encaminhada à CTCS/CSAGU, razão pela qual não há que se falar em nulidade do resultado provisório de promoção, conforme o princípio da instrumentalidade das formas, basilar no direito processual, segundo o qual não há nulidade sem prejuízo (*pas de nullité sans grief*). Além do mais, o argumento de que a decisão sobre o seu caso deveria ter sido resolvida por entendimento majoritário dos membros da Comissão de Promoção, via votação, não tem respaldo jurídico. A atuação da Comissão de Promoção se restringe à verificação de enquadramento do título apresentado em face das regras contidas na Resolução nº 11/CSAGU, de 30 de dezembro de 2008, de modo que não há margem de discricionariedade em sua atuação. Registre-se que, nos casos de dúvida acerca da validação do título, para fins de promoção, o membro da Comissão deve verificar a existência de caso similar já julgado pelo CTCS/CSAGU. Assim, observando-se tratar-se de situação que não se amoldava às previsões contidas na referida Resolução, procedeu-se à busca nos precedentes, encontrando-se caso idêntico julgado de forma contrária aos interesses do candidato: RECURSO Nº 567 - julgado pela CTCS em 30.11.2010 - PARECER PGFN/GAB n. /2010 - PROMOÇÃO. CANDIDATO SUB JUDICE, aprovado por unanimidade pelo CSAGU, com base em precedentes do próprio órgão. De modo que se concluiu, na linha dos precedentes existentes, pela impossibilidade de deferimento do requerimento apresentado, tendo em vista que ensejaria a adoção de entendimento diverso daquele já firmado pelo órgão máximo competente (CSAGU). **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016):** Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo improvimento, **pelas razões expostas a seguir:** As solicitações do interessado não foram abertas via sistema *AGUpromoções*, mas sim por requerimento no sistema *Sapiens*, tendo em vista que o peticionante não teve acesso ao sistema de promoções, porque já promovido *subjudice* à categoria especial, de modo que o pedido foi recebido e processado como requerimento administrativo, fruto de mero direito de petição. Não sendo possível a inserção de despacho no Sistema *AGUpromoções*, foi dada resposta ao interessado por meio de nota inserida no mesmo sistema utilizado pelo requerente (*Sapiens*). As supostas irregularidades apontadas no procedimento adotado pela Comissão de Promoção são infundadas e não geraram qualquer prejuízo ao interessado, que apresentou nova solicitação, ora analisada e devidamente encaminhada à CTCS/CSAGU, razão pela qual não há que se falar em nulidade do resultado provisório de promoção, conforme o princípio da instrumentalidade das formas, basilar no direito processual, segundo o qual não há nulidade sem prejuízo (*pas de nullité sans grief*). Além do mais, o argumento de que a decisão sobre o seu caso deveria ter sido resolvida por entendimento majoritário

dos membros da Comissão de Promoção, via votação, não tem respaldo jurídico. A atuação da Comissão de Promoção se restringe à verificação de enquadramento do título apresentado em face das regras contidas na Resolução nº 11/CSAGU, de 30 de dezembro de 2008, de modo que não há margem de discricionariedade em sua atuação. Registre-se que, nos casos de dúvida acerca da validação do título, para fins de promoção, o membro da Comissão deve verificar a existência de caso similar já julgado pelo CTCS/CSAGU. Assim, observando-se tratar-se de situação que não se amoldava às previsões contidas na referida Resolução, procedeu-se à busca nos precedentes, encontrando-se caso idêntico julgado de forma contrária aos interesses do candidato: RECURSO Nº 567 - julgado pela CTCS em 30.11.2010 - PARECER PGFN/GAB n. /2010 - PROMOÇÃO. CANDIDATO SUB JUDICE, aprovado por unanimidade pelo CSAGU, com base em precedentes do próprio órgão. De modo que se concluiu, na linha dos precedentes existentes, pela impossibilidade de deferimento do requerimento apresentado, tendo em vista que ensejaria a adoção de entendimento diverso daquele já firmado pelo órgão máximo competente (CSAGU). **1.12 – RECURSO S/Nº - MARCIO ANDERSON SILVEIRA CAPISTRANO** - O Presidente da Comissão informa que o requerente apresentou requerimento de nulidade do resultado provisório tendo em vista o suposto cometimento de irregularidades, para o fim de permitir sua participação no concurso de promoção em curso, embora já esteja promovido *sub judice* à categoria especial. **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1:** IMPROVIMENTO. REQUERENTE JÁ PROMOVIDO *SUBJUDICE* À CATEGORIA ESPECIAL. APLICAÇÃO DE PRECEDENTE DO CSAGU. As solicitações do interessado não foram abertas via sistema *AGUpromoções*, mas sim por requerimento no sistema *Sapiens*, tendo em vista que o peticionante não teve acesso ao sistema de promoções, porque já promovido *subjudice* à categoria especial, de modo que o pedido foi recebido e processado como requerimento administrativo, fruto de mero direito de petição. Não sendo possível a inserção de despacho no Sistema *AGUpromoções*, foi dada resposta ao interessado por meio de nota inserida no mesmo sistema utilizado pelo requerente (*Sapiens*). As supostas irregularidades apontadas no procedimento adotado pela Comissão de Promoção são infundadas e não geraram qualquer prejuízo ao interessado, que apresentou nova solicitação, ora analisada e devidamente encaminhada à CTCS/CSAGU, razão pela qual não há que se falar em nulidade do resultado provisório de promoção, conforme o princípio da instrumentalidade das formas, basilar no direito processual, segundo o qual não há nulidade sem prejuízo (*pas de nullité sans grief*). Além do mais, o argumento de que a decisão sobre o seu caso deveria ter sido resolvida por entendimento majoritário dos membros da Comissão de Promoção, via votação, não tem respaldo jurídico. A atuação da Comissão de Promoção se restringe à verificação de enquadramento do título apresentado em face das regras contidas na Resolução nº 11/CSAGU, de 30 de dezembro de 2008, de modo que não há margem de discricionariedade em sua atuação. Registre-se que, nos casos de dúvida acerca da validação do título, para fins de promoção, o membro da Comissão deve verificar a existência de caso similar já julgado pelo CTCS/CSAGU. Assim, observando-se tratar-se de situação que não se amoldava às previsões contidas na referida Resolução, procedeu-se à busca nos precedentes, encontrando-se caso idêntico julgado de forma contrária aos interesses do candidato: RECURSO Nº 567 - julgado pela CTCS em 30.11.2010 - PARECER PGFN/GAB n. /2010 - PROMOÇÃO. CANDIDATO SUB JUDICE, aprovado por unanimidade pelo CSAGU, com base em precedentes do próprio órgão. De modo que se concluiu, na linha dos precedentes existentes, pela impossibilidade de deferimento do requerimento apresentado, tendo em vista que ensejaria a adoção de entendimento diverso daquele já firmado pelo órgão máximo competente (CSAGU). **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016):** Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a

CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo improvimento, **pelas razões expostas a seguir**: As solicitações do interessado não foram abertas via sistema *AGUpromoções*, mas sim por requerimento no sistema *Sapiens*, tendo em vista que o peticionante não teve acesso ao sistema de promoções, porque já promovido *subjudice* à categoria especial, de modo que o pedido foi recebido e processado como requerimento administrativo, fruto de mero direito de petição. Não sendo possível a inserção de despacho no Sistema *AGUpromoções*, foi dada resposta ao interessado por meio de nota inserida no mesmo sistema utilizado pelo requerente (*Sapiens*). As supostas irregularidades apontadas no procedimento adotado pela Comissão de Promoção são infundadas e não geraram qualquer prejuízo ao interessado, que apresentou nova solicitação, ora analisada e devidamente encaminhada à CTCS/CSAGU, razão pela qual não há que se falar em nulidade do resultado provisório de promoção, conforme o princípio da instrumentalidade das formas, basilar no direito processual, segundo o qual não há nulidade sem prejuízo (*pas de nullité sans grief*). Além do mais, o argumento de que a decisão sobre o seu caso deveria ter sido resolvida por entendimento majoritário dos membros da Comissão de Promoção, via votação, não tem respaldo jurídico. A atuação da Comissão de Promoção se restringe à verificação de enquadramento do título apresentado em face das regras contidas na Resolução nº 11/CSAGU, de 30 de dezembro de 2008, de modo que não há margem de discricionariedade em sua atuação. Registre-se que, nos casos de dúvida acerca da validação do título, para fins de promoção, o membro da Comissão deve verificar a existência de caso similar já julgado pelo CTCS/CSAGU. Assim, observando-se tratar-se de situação que não se amoldava às previsões contidas na referida Resolução, procedeu-se à busca nos precedentes, encontrando-se caso idêntico julgado de forma contrária aos interesses do candidato: RECURSO Nº 567 - julgado pela CTCS em 30.11.2010 - PARECER PGFN/GAB n. /2010 - PROMOÇÃO. CANDIDATO SUB JUDICE, aprovado por unanimidade pelo CSAGU, com base em precedentes do próprio órgão. De modo que se concluiu, na linha dos precedentes existentes, pela impossibilidade de deferimento do requerimento apresentado, tendo em vista que ensejaria a adoção de entendimento diverso daquele já firmado pelo órgão máximo competente (CSAGU). **1.13 – RECUSO S/Nº SADI TOLFO JÚNIOR** - O Presidente da Comissão informa que o requerente apresentou requerimento de nulidade do resultado provisório tendo em vista o suposto cometimento de irregularidades, para o fim de permitir **sua participação no concurso de promoção em curso**, embora já esteja promovido *sub judice* à categoria especial. **Parecer da Comissão de Promoção 2016.1: IMPROVIMENTO. REQUERENTE JÁ PROMOVIDO SUBJUDICE À CATEGORIA ESPECIAL. APLICAÇÃO DE PRECEDENTE DO CSAGU.** As solicitações do interessado não foram abertas via sistema *AGUpromoções*, mas sim por requerimento no sistema *Sapiens*, tendo em vista que o peticionante não teve acesso ao sistema de promoções, porque já promovido *subjudice* à categoria especial, de modo que o pedido foi recebido e processado como requerimento administrativo, fruto de mero direito de petição. Não sendo possível a inserção de despacho no Sistema *AGUpromoções*, foi dada resposta ao interessado por meio de nota inserida no mesmo sistema utilizado pelo requerente (*Sapiens*). As supostas irregularidades apontadas no procedimento adotado pela Comissão de Promoção são infundadas e não geraram qualquer prejuízo ao interessado, que apresentou nova solicitação, ora analisada e devidamente encaminhada à CTCS/CSAGU, razão pela qual não há que se falar em nulidade do resultado provisório de promoção, conforme o princípio da instrumentalidade das formas, basilar no direito processual, segundo o qual não há nulidade sem prejuízo (*pas de nullité sans grief*). Além do mais, o argumento de que a decisão sobre o seu caso deveria ter sido resolvida por entendimento majoritário dos membros da Comissão de Promoção, via votação, não tem respaldo jurídico. A atuação da Comissão de Promoção se restringe à verificação de enquadramento do título apresentado em face

das regras contidas na Resolução nº 11/CSAGU, de 30 de dezembro de 2008, de modo que não há margem de discricionariedade em sua atuação. Registre-se que, nos casos de dúvida acerca da validação do título, para fins de promoção, o membro da Comissão deve verificar a existência de caso similar já julgado pelo CTCS/CSAGU. Assim, observando-se tratar-se de situação que não se amoldava às previsões contidas na referida Resolução, procedeu-se à busca nos precedentes, encontrando-se caso idêntico julgado de forma contrária aos interesses do candidato: RECURSO Nº 567 - julgado pela CTCS em 30.11.2010 - PARECER PGFN/GAB n. /2010 - PROMOÇÃO. CANDIDATO SUB JUDICE, aprovado por unanimidade pelo CSAGU, com base em precedentes do próprio órgão. De modo que se concluiu, na linha dos precedentes existentes, pela impossibilidade de deferimento do requerimento apresentado, tendo em vista que ensejaria a adoção de entendimento diverso daquele já firmado pelo órgão máximo competente (CSAGU). **Manifestação da CTCS (11ª Reunião Extraordinária da CTCS – 08.11.2016)**: Acolhendo as razões expostas no Parecer da Comissão de Promoção, a CTCS, por unanimidade, manifestou-se pelo improvimento, **pelas razões expostas a seguir**: As solicitações do interessado não foram abertas via sistema *AGUpromoções*, mas sim por requerimento no sistema *Sapiens*, tendo em vista que o peticionante não teve acesso ao sistema de promoções, porque já promovido *subjudice* à categoria especial, de modo que o pedido foi recebido e processado como requerimento administrativo, fruto de mero direito de petição. Não sendo possível a inserção de despacho no Sistema *AGUpromoções*, foi dada resposta ao interessado por meio de nota inserida no mesmo sistema utilizado pelo requerente (*Sapiens*). As supostas irregularidades apontadas no procedimento adotado pela Comissão de Promoção são infundadas e não geraram qualquer prejuízo ao interessado, que apresentou nova solicitação, ora analisada e devidamente encaminhada à CTCS/CSAGU, razão pela qual não há que se falar em nulidade do resultado provisório de promoção, conforme o princípio da instrumentalidade das formas, basilar no direito processual, segundo o qual não há nulidade sem prejuízo (*pas de nullité sans grief*). Além do mais, o argumento de que a decisão sobre o seu caso deveria ter sido resolvida por entendimento majoritário dos membros da Comissão de Promoção, via votação, não tem respaldo jurídico. A atuação da Comissão de Promoção se restringe à verificação de enquadramento do título apresentado em face das regras contidas na Resolução nº 11/CSAGU, de 30 de dezembro de 2008, de modo que não há margem de discricionariedade em sua atuação. Registre-se que, nos casos de dúvida acerca da validação do título, para fins de promoção, o membro da Comissão deve verificar a existência de caso similar já julgado pelo CTCS/CSAGU. Assim, observando-se tratar-se de situação que não se amoldava às previsões contidas na referida Resolução, procedeu-se à busca nos precedentes, encontrando-se caso idêntico julgado de forma contrária aos interesses do candidato: RECURSO Nº 567 - julgado pela CTCS em 30.11.2010 - PARECER PGFN/GAB n. /2010 - PROMOÇÃO. CANDIDATO SUB JUDICE, aprovado por unanimidade pelo CSAGU, com base em precedentes do próprio órgão. De modo que se concluiu, na linha dos precedentes existentes, pela impossibilidade de deferimento do requerimento apresentado, tendo em vista que ensejaria a adoção de entendimento diverso daquele já firmado pelo órgão máximo competente (CSAGU). **Registros**: (i) O Coordenador da CTCS propôs que seja pautado oportunamente reunião para tratar das regras de procedimentos de publicidade dos Editais relativos às promoções dos Membros das Carreiras da AGU. (ii) Ressaltou aos Conselheiros que até o final do mês de novembro de 2016 está aberto o prazo para o envio de sugestões de alteração da Resolução nº 11/2008, as quais deverão ser encaminhadas à Secretaria do Conselho do Conselho Superior, por meio do e-mail sec.conselho@agu.gov.br. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador da CTCS e Representante do Gabinete da Advogada-Geral da União deu por encerrada a reunião

às dezessete horas e trinta minutos. Eu, Selma Pereira da Costa, da Secretaria do Conselho, lavrei a presente ata. Brasília, 8 de novembro de 2016.